

Diálogos transnacionais e interdisciplinares: Brasil/Caribe

Olga Cabrera

Sênior CAPES visitante na Universidade Federal de Maranhão,
São Luís MA, Br

Isabel Ibarra

Universidade Federal de Maranhão-UFMA,
São Luís, MA, Br.

Resumo

O diálogo de grupos humanos, simultâneo no tempo e em espaços diferentes, implica abandonar as ideias de fixar apenas o sujeito às origens. Essa postura permite pensar a complexidade das relações entre culturas nos diferentes contextos. Estudar as relações Brasil/Caribe permite movimentar o diálogo desde os sujeitos com idêntica origem -- das mesmas etnias, povos, e famílias em África-- para a dinâmica dos processos de formação de identidades nascidas na relação com outros diferentes, ainda que africanos, procedentes da ampla diversidade africana.

Palavras-chave: Brasil/ Caribe, África, entrecruzamentos culturais

Resumen

El diálogo de grupos humanos, simultaneos en el tiempo y en espacios diferentes, significa abandonar las ideas de fijar apenas el sujeto a los orígenes. Esa postura permite pensar la complejidad de las relaciones entre culturas en los diferentes contextos. Estudiar las relaciones Brasil / Caribe permite mover el diálogo desde los sujetos con el mismo origen --de las mismas etnias, pueblos y familias en África-- para la dinámica de los procesos de formación de identidades nascidas en la relación con otros diferentes, procedentes da amplia diversidad africana.

Palabras claves: Brasil/ Caribe, África, entrecruzamientos culturales.

Abstract

The dialogue of human groups, simultaneous in time and in different spaces, implies abandoning the ideas to fix only the subject to origins. This posture allows thinking the complexity of relations between cultures in different contexts. Study Brazil/Caribbean relations allow to move the dialogue from the subjects with identical origin--of the same ethnic groups, peoples and families in Africa--to the dynamics

of the processes of formation of identities born in relationship to other different, although Africans.

Keywords: Brazil/Caribbean, Africa, cross cultural

As relações Brasil/ Caribe

Um dos problemas do historiador na abordagem da temática negra é o da presença de estereótipos de vítimas ou/e de lutadores isolados pela abolição da escravidão. Nas representações desses homens e mulheres escravizados, em geral, está ausente o protagonismo. Por isso suas realizações ficaram sem expressão, como páginas independentes das histórias das nações particulares. Urge incorporar, mediante o estudo, os aportes culturais dos descendentes de africanos, muitas vezes ocultos em expressões apresentadas como exclusivamente de origem europeia. Falta nos museus brasileiros algo mais que as cenas da escravidão ou dos quilombos (FREITAS, 2004, p. 159-181). Winant (1992) referindo-se à questão racial no Brasil lembra como os processos de significação são construções sociais discursivas. São, em definitivo, projetos sociais que interpretam e reinterpretam o significado do racial, variáveis conflitantes e disputadas em todos os níveis da sociedade. Porém, essas construções foram escurecidas nos países onde a questão racial esteve imbricada à problemática da construção nacional. No Brasil, eliminar o discurso racial (que define também as hierarquias sociais) se projetou como uma proposta para deter os conflitos raciais. Esse contexto brasileiro exige um esforço maior do pesquisador para desvelar a confusão que envolve o objeto em estudo.

Desse modo, urge projetar o estudo das culturas negras em espaços de entrecruzamentos culturais com a ideia de utilizar uma abordagem interdisciplinar. No nosso caso, usando a metodologia da história oral, na articulação de outros caminhos (não só os derivados dos métodos históricos com uma tradição no trabalho crítico sobre as fontes e sua natureza), precisamos transcender os limites impostos pela diacronia à disciplina história. Para tanto, localizar o estudo na fronteira entre disciplinas, permitiu a utilização de alguns dos passos teóricos e metodológicos da Geografia, da Antropologia e de outras disciplinas. Sem dúvida que para alcançar as expressões culturais da diferença, no caso de

uma comunidade negra no sertão goiano, foi necessário focalizar o espaço/lugar, na inter-relação diacrônica e sincrônica da cultura. Na sua sincronia a cultura foi examinada como sistema, para penetrar nas funções que cumprem as expressões culturais da comunidade relacionadas às estruturas. Entretanto, foi possível transcender a interioridade desse sistema desde a externalidade da História, confrontando este com os acontecimentos que o transformaram. Ao mesmo tempo a História também é interpelada desde a externalidade da Antropologia que visa o estudo daquelas estruturas culturais e da Geografia que examina as relações dos homens com o espaço no qual tiveram que atuar e construir. Além disso, outros processos estimulam aprofundar num assunto que as ideologias nacionais mantem interdito.

A construção do “outro”: Brasil e o “Atlântico Negro”

O diálogo de grupos humanos, simultâneo no tempo e em espaços diferentes, implica abandonar as ideias de fixar apenas o sujeito às origens. Essa postura permite pensar a complexidade das relações entre culturas nos diferentes contextos. Trata-se de movimentar o diálogo desde os sujeitos com idêntica origem -- das mesmas etnias, povos, e famílias em África-- para a dinâmica dos processos de formação de identidades nascidas na relação entre pessoas de etnias, povos e culturas diversas africanas. Durante a penosa viagem, essas relações deram lugar às “carabelas”, nome que receberam em Cuba as irmandades criadas pelos escravos nos barcos negreiros e que continuaram nas plantations e outras mais nascidas ao calor da solidariedade nos novos contextos escravistas, já no novo mundo, também em espaços/lugares diferentes. No Caribe e no Brasil a transformação da criança em homem eliminou a prova de valentia no limiar de criança a homem (o domínio sobre uma fera selvagem), agora tinham que aceitar e contornar (no entanto não fosse possível enfrentar pela força) a submissão ao homem branco, uma relação imposta que atingia o domínio sobre os corpos. Apenas nos casos de grande concentração de escravos nas cidades, nos povoados, nas plantações, garantiu-se a permanência das danças coletivas.

O olhar e o diálogo entre lugares diferentes levam a pensar nas possibilidades de transcender os estudos isolados para pensar nos processos simultâneos. Na historiografia e na literatura e ainda nos projetos políticos latino americanos, o Brasil ficou como uma zona indefinida e às vezes totalmente fora dos ensaios nos quais se estudavam o conjunto das culturas da região.

As produções brasileiras, à sua vez, compartilharam esse traço da incomunicabilidade. Brasil se relacionou mais com a intelectualidade europeia, principalmente a francesa que com seus próprios vizinhos hispânicos ou os das ilhas e territórios continentais fronteiriços. O afastamento dos cientistas sociais de Brasil em relação a Afro América (Caribe principalmente) pode responder também à subordinação de algumas das histórias caribenhas à latino-americana. Nas ilhas do Caribe de colonização espanhola esse fenômeno apresentou-se como alienação ou negação do ser caribenho. Essa subordinação pode revelar que a velha manobra de invisibilidade das culturas negras poderia percorrer outros caminhos. O Caribe só obtém visibilidade por sua projeção como região geopolítica nas visões imperiais e como fronteira da civilização nas interpretações de teóricos ocidentais que ligaram o atraso à presença de populações negras. Outro aspecto vinculado aos anteriores tem a ver com a subordinação dos estudos caribenhos a paradigmas latino-americanistas que excluem o conceito raça e como consequência os efeitos do racismo na formação social política e cultural, ou para resumir, colonial, desses países.

No Brasil, com a Constituição de 1988, ganhou força a tentativa de substituir o projeto nacional que idealizava uma nação brasileira homogênea dos pontos de vista étnico e cultural por uma unidade nacional a partir da diversidade cultural. No entanto a similaridade dessa conquista com outros casos no Caribe não tem provocado estudos que reconheçam a importância de relacionar as histórias brasileira e caribenha. Os estudos históricos, antropológicos, sociológicos e literários aludem, de fato, a estes laços. Tanto a Associação de Historiadores do Caribe quanto a Associação de Estudos do Caribe reconhecem o caráter caribenho das culturas no Brasil e não poucas obras dos

especialistas e teóricos da região consideram a comparação ou a relação com o Brasil.

Citando a Girvan “entre os estudiosos o Caribe é uma categoria sócio-histórica que comumente faz referência a uma zona cultural caracterizada pelo legado da escravidão e o sistema de plantações. Inclui as ilhas e partes de terra firme nas fronteiras e pode ser ampliada para incluir a diáspora do Caribe em Ultramar” (*Revista Del Caribe Mexicano*, 2001, p.3). Sem dúvida que as identidades étnicas e raciais têm distintos significados, dependendo do local de enunciação, porém para entender o Brasil tem que ser estudado o Caribe.

Uma proposta mais interessante poderia prosseguir na busca dos processos para entender as identidades construídas e as que estão por ser construídas. O mito da mestiçagem no Brasil serviu para ocultar as especificidades histórico-culturais dos negros e negar os direitos étnicos contemplados pela legislação internacional. Mas a mestiçagem biológica transcorreu em regiões do Brasil de diferentes formas. As expansões dos cultivos da soja, da cana de açúcar, além da criação de gado provocaram a expulsão das comunidades negras, mas sempre o protesto internacional foi mais forte com os indígenas e não com as populações afros. Enfim, os denominados projetos de modernização não envolveram as comunidades afros e contribuíram para branquear os processos de mestiçagem nos territórios do interior do Brasil. A história do território central de Brasil nos relatos oficiais, nas obras literárias, manteve-se ausente até os anos de 1940 com as emigrações do Sudeste para Goiás, orientadas e estimuladas pela proposta ideológica da “Marcha para o Oeste”, e pouco mais tarde com a violenta urbanização que teve como centro a fundação de Brasília.

No entanto o Caribe ficou como um apêndice nos estudos latino americanistas. Por sua parte, no Brasil a invenção da identidade nacional pelas elites brancas desembocou em construções identitárias que ocultaram a diferença sob as fórmulas do branqueamento primeiro e, mascarado no sincretismo mais tarde. Outra forma de ocultação procedeu da segregação das populações negras nos espaços marginais, tanto nas zonas rurais

como nas cidades. Estas foram englobadas como pobres sendo definidas pelos índices sociais apenas. As expressões da diferença desapareciam nas homogeneizações históricas baseadas nas categorias sociais, nacionais e regionais. As étnicas ficaram limitadas ao índio.

A quase ausência dos estudos caribenhos no Brasil está relacionada a esse isolamento de Brasil do resto de América, isolamento criado desde o século XIX que beneficiou às interpretações subordinadas aos limites impostos pelo conceito nação. Esta foi configurada como branca apesar de possuir grandes populações negras saídas recentemente da escravidão, marginalizadas e subempregadas nos grandes centros urbanos ou confinadas nas comunidades rurais e afastadas desses.

No término das guerras com os vizinhos hispano-americanos ficaram definidas as fronteiras externas do Brasil, mas, a consolidação de um país único de dimensões continentais se obteve em vários períodos de lutas contra as forças dissolventes internas e pela conquista dos territórios indígenas e negros em invasões “pacíficas” fomentadas muitas vezes pelo Estado.

O Brasil foi construindo sua história na ideia do isolamento dentro de suas enormes fronteiras, sem relação alguma com seus vizinhos mais próximos, e no interior sem o reconhecimento de suas populações negras. Uma leitura cuidadosa dos versos de Cassiano Ricardo revela esta ausência. Inacreditável que o negro esteve ausente até na busca do ouro pelo avô branco. O negro, principal protagonista na incorporação das técnicas de extração do ouro, frequentemente ao custo de sua vida, foi excluído:

Meu avô foi buscar prata/ Mas a prata virou índio/ Meu avô foi buscar índio/ Mas o índio virou ouro/ Meu avô foi buscar ouro/ Mas o ouro virou terra/ Meu avô foi buscar terra/ E a terra virou fronteira/ Meu avô, ainda intrigado/ foi modelar a fronteira/ E o Brasil tomou forma de harpa (RICARDO, 1947).

A diferenciação regional do Brasil deu matizes variados ao tratamento do negro. Durante os últimos anos do século XIX, instaurada a República, foram aparecendo as profundas contradições da sociedade e, sobretudo, começaram a ser mais

visíveis suas diferenças regionais a partir também do peso demográfico do negro que decresceu no Sudeste e no Sul com a entrada de milhares de imigrantes europeus e japoneses. Estes foram atraídos por uma burguesia empresarial emergente, beneficiária da exploração do trabalho escravo dos negros nas grandes fazendas de café. No entanto, no Nordeste e no Norte permaneceu a oligarquia vinculada à terra. Nessas regiões se concentraram as grandes populações negras que, sem direito à propriedade da terra, emigraram para as cidades ou terminaram confinadas nos locais mais afastados.

A representação do país que se foi criando entre as elites intelectuais e políticas, presidida pela ideia de nação, deixou fora o negro. Daí a urgência da imigração branca europeia, principalmente italiana e alemã. As construções identitárias durante o século XIX, e ainda nos primeiros anos do século XX, estiveram relacionadas a esse interesse na marginalização e na ocultação do não branco.

Alguns intelectuais foram pioneiros no estudo sobre os negros. Nas primeiras obras, nos anos iniciais do século XX, o conceito raça foi utilizado vinculado à ideia de africanidade. Essas obras, ainda configurando o negro como alheio à sociedade brasileira, sofreram de críticas por serem iniciadoras desses estudos considerados negativos e inúteis. Para muitos dos intelectuais da época os negros deveriam permanecer na esfera do não dito. Daí que a exclusão do negro de carne e osso de uma história centrada nas efemérides, em cujas celebrações ele não participou, foi legitimada pela nação branca. Ainda assim, entre o não dito e o dito, as análises de expressões soltas, de fragmentos, e, sobretudo, a revisão do debate conceitual do período, reflexo das lutas por espaços políticos, pode revelar alguns aspectos da história e da cultura dos imigrantes forçados e seus descendentes.

E de fato, as forças sociais e políticas que estavam trabalhando na construção de uma nação “homogênea” branca mantinha sua vista fixa na população negra. Não poderia ser de outra forma, a herança deixada pelo comércio de escravos foi grande. Segundo Curtin, Brasil recebeu 85% dos escravos dos 10 a 11 milhões de africanos trazidos a América (apud DIEDRICH;

GATES, 1999, p.6). No ano de 1872, pouco mais de dez anos antes da abolição, Brasil tinha seis milhões de negros e pardos contra 3,8 milhões de brancos (NASCIMENTO, 2006, p.51). A maior parte da população ficou concentrada, sobretudo, no Nordeste, no Norte, nas grandes cidades do Sudeste e do Sul, assim como nos confins rurais do Centro-Oeste.

As tensões com os conceitos científicos da época mostram o interesse por confinar o negro. Este representava a diferença, o “outro” não mencionado. Essa história tem permanecido obscurecida pela preeminência dos enfoques subordinados às teorias hierárquicas ocidentais nas ciências sociais que se acomodaram às construções identitárias das elites. Esse debate continua tendo sua maior importância para Brasil ainda hoje, onde os conceitos mantêm, muitas vezes, um forte núcleo de essencialidade, mas, não deve ser esquecido que estes não são categorias neutras, apenas criações discursivas dos próprios homens e respondem a interesses da classe que sustentou seu poder a partir das hierarquias baseadas na raça e cujas origens estão firmadas na escravidão.

A elite brasileira teve como foco central o dilema de que fazer com essas populações: desconhecê-las e deixá-las sumidas na marginalização, procurando com o estímulo à imigração europeia uma relação de forças mais favorável para os brancos, ou integrá-las, aceitando a via da mestiçagem, que independente da vontade das elites políticas tinha avançado no país. A última postura, segundo alguns científicos da época em conferências internacionais, finalizaria com o branqueamento da população e a desapareção do negro (OLIVEIRA VIANA, 1934). Para outros mais radicais a mestiçagem conduziria à destruição da nação brasileira (NINA RODRIGUES, apud MOUTINHO, 2003, p.70). Uma e outra posição, sustentadas na hierarquização social foram alternadas ou simultâneas, dependendo da região, e o debate acirrado se reconfigurou nos anos de 1930 com a incorporação do conceito cultura.

A hipótese de trabalho desenvolvida no Centro de Estudos do Caribe e na *Revista Brasileira do Caribe* desde 1999 foi o estudo da relação entre essa ausência de informações sobre o

Caribe e o silêncio enraizado sobre o negro no interior de Brasil (CABRERA, 2004, p.11-14; 2006, p. 7-10; 2008, p. 11-14). Um caminho interessante para alcançar o objetivo de transcender o silêncio pode ser o estudo da relação entre as teorias caribenhas e os estudos sobre o negro realizados em Cuba e no Brasil, em ambos concentraram-se o maior número de escravos e foram os últimos países em abolir a escravidão. Outro caminho é a comparação, quando necessária para uma melhor compreensão, das relações inter-raciais em um e outro país.

“O sertão e o mar” Brasil/Caribe: Uma relação necessária

A imagem de Guimarães Rosa, utilizada no título do epígrafe, alude a proximidades que não são espaciais. As identidades são construções dos homens nas suas relações, embora as normativas oficiais coloniais desempenhem nesses processos um papel relevante. Entretanto, aquelas não apenas dependem da vontade de um ou outro intelectual, transcorrem apesar dos silêncios, dos isolamentos provocados pela ruptura nas experiências históricas comuns. Mas, se trata de abordar essas identidades não como algo terminado, finito, definitivo. Que ocorreu quando da mesma família o barco negreiro deixava uns em um porto e outros a centenas ou milhares de milhas? Hoje conhecemos dos vínculos de negócios entre negreiros cubanos e brasileiros e, ainda mais, os processos de construção e de reconstrução das culturas com os conhecimentos, crenças, mitos, lendas trazidos de um e outro lugar da África. Por conseguinte, esses processos na relação entre as diferentes etnias africanas e, ademais, destas com os homens brancos são o foco de atenção neste trabalho. Não interessam as identidades concluídas, previamente definidas por um conceito que parte do lugar do cientista. É, de alguma maneira, uma tentativa de explodir o conceito no choque com os acontecimentos.

Há uma tradicional falta de relações entre Brasil e Caribe, ainda contando o primeiro com a maior concentração de população negra americana, aproximadamente a metade, quase cem milhões de habitantes. Nessa perspectiva, os minúsculos países caribenhos têm muita menor população, ainda que proporcionalmente mais de 90% é negra. O caso de Cuba é

também singular, apesar de seu pequeno tamanho recebeu mais de um milhão de africanos, principalmente nos séculos XVIII e XIX (PÉREZ DE LA RIVA, 1970). As culturas negras são um elemento fundamental na identificação do Caribe. Porém, o Brasil, no contexto de formação da ideia de nação, ficou caracterizado como branco. Isso explica a falta de relações com o Caribe. As elites intelectuais brancas em Brasil, primeiras estudiosas dos temas negros, decidiram-se pela exaltação do negro brasileiro como africano e alheio, estrangeiro de inferior categoria. Essas interpretações, no século XIX, não podem ser compreendidas sem a intervenção dos conceitos nação, raça e região. As elites intelectuais do Nordeste, em franca situação de desigualdade com as regiões Sul e Sudeste, foram compelidas, pelo peso demográfico do negro, a identificá-lo, tentando matizar sua participação na identidade da região. Os caminhos encontrados transitaram da constituição do negro brasileiro como inferior e irredutível africano dos estudos antropológicos, como foi o caso entre as elites do Nordeste. Silvio Romero (Sergipe) foi o primeiro em afirmar: “temos a África em nossas cozinhas como a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões” (apud DANTAS, 1988). Mais tarde já no século XX, Arthur Ramos (2007) no ano de 1935, quando publicou a primeira edição de sua obra *O folclore negro de Brasil*, vai continuar desenvolvendo esta visão teórica que marcará não apenas os estudos, também as práticas culturais. Donald Pierson manteve essa ideia de reprodução da cultura africana (PIERSON, 1942, p. 261). No entanto, fora de Bahia tentou-se a interpretação baseada na visão teórica do sincretismo, na integração das culturas negras nos paradigmas da nação brasileira, *Casa Grande e Zenzala* de Gilberto Freyre (2009) foi obra paradigmática neste sentido. Thomas Skidmore (2003, p 56-57) afirma que o argumento de Freyre “foi apenas a culminância de posições já presentes no clima intelectual brasileiro—a ressurreição de Jeca Tatu do paulistano Monteiro Lobato, a rejeição nacionalista ao racismo científico de Alberto Torres e Manuel Bonfim, as cruzadas dos médicos sanitaristas desacreditando o dogma determinista que havia condenado os brasileiros do interior”. E continua relatando a influência dos médicos na obra de Freyre: “O clima favorável à obra de prevenção médica dos reformadores de saúde pública como

Carlos Chagas, que se manifestou contra as teorias deterministas que condenavam às massas brasileiras a sub-humanidade”. Agora as doenças dos trópicos eram também sujeitas às curas da medicina moderna. *Casa Grande*, conclui o autor “foi escrito e recebido mais como manifesto de que como trabalho acadêmico bem argumentado”. Pode se afirmar que, significou também a defesa do nordeste quando o centro da economia brasileira já tinha emigrado para o sul.

Não me parece justo o julgamento sobre a proposta de Freyre, ainda que, sem dúvida alguma, a obra transcendeu o interesse científico. A política do governo Vargas favoreceu essa tendência interpretativa do sincretismo. Foram subsidiadas as escolas de samba e os desfiles de carnaval de Rio de Janeiro. Mas, o tempo do mito das relações raciais harmônicas que extrapolou a obra de Freyre, estava por terminar. No ano de 1950 quando a ONU elegeu o Brasil isento de discriminação racial este não atingiu tais expectativas de paraíso racial. O assunto raça foi contestado com múltiplas evidências de discriminação. Florestan Fernandes, na crítica a Freyre, baseada na classe social, mostrou que a nação multirracial encobriu os determinismos. Ainda que os acadêmicos não tenham interesse nos essencialismos, sejam genéticos ou sociais, há que ser reconhecido que Freyre legou um retrato otimista sobre o Brasil. Na atualidade também as ideias de Florestan têm sido contestadas pelos movimentos e intelectuais negros.

No entanto esse processo de identidades acontecia no Brasil, em todo o Caribe (incluídas as terras continentais) foi sendo construída uma identidade Caribe, baseada na presença negra. Colômbia (ainda que a região negra do Pacífico ficasse fora do Caribe colombiano), México, Venezuela, os países centro-americanos na denominada Bacia do Caribe, a identidade afro, sobretudo cultural, está muito presente.

A discriminação racial não é um fenômeno apenas brasileiro, os acadêmicos e intelectuais de todos os países de América com populações negras, ainda quando foram abolicionistas, suas interpretações sobre as culturas negras, no contexto de uma ciência evolucionista e uma filosofia baseada na

hierarquia, não poderiam senão estar permeadas de preconceitos, além demais com o desconhecimento que existia sobre África. Não foi até a década de vinte do século passado com as pesquisas de Leo Frobenius (1973) no continente africano, quem desmascarou a obra colonialista de seus predecessores ocidentais, que as interpretações sobre o negro no Brasil começaram a mudar. Na Europa, as artes africanas e o interesse pelo continente tomaram outros rumos. No entanto, no Caribe, a luta por dar visibilidade às matrizes negras de suas culturas foi muito forte desde os primeiros anos do século XX. No Haiti, as pesquisas do etnógrafo Price-Mars sobre o vodu, anteriores ao ano 1920, a negritude com centro em Paris na década seguinte (na qual o martinicano Aimée Césaire teve um destacado papel), foram marcos que transcenderam às ciências sociais do Caribe ao dar sustentação ao boom literário das décadas seguintes com o realismo mágico de Alejo Carpentier e outras figuras caribenhas.

Os dinâmicos movimentos negros de Brasil ainda não se têm aproximado à busca das conexões históricas culturais com o Caribe, apesar de não ser possível entender o processo de formação brasileira sem conhecer o acontecido no Caribe.

Percebe-se no Brasil do século XIX uma política endereçada à eliminação ideológica das diferenças no marco de construção da ideia de nação brasileira, no entanto se mantem a prática da estigmatização daqueles que não se ajustassem ao protótipo branco. Essa estigmatização operou na política urbana com a criação de espaços segregados, primeiro os cortiços e mais tarde as favelas assim como as comunidades, terras de pretos e quilombos, nos espaços rurais. O sistema de valores baseado na visão de superioridade europeia passava pelo ocultamento do negro nos processos de mestiçagem, representado como de cultura inferior e/ou selvagem africano de religião pagã.

A história do isolamento do negro se projeta ainda hoje. Uma das formas adotadas está relacionada à subordinação dos estudos caribenhos a determinados paradigmas latino-americanistas, ainda que bem longe do latino americanismo exaltado por Arturo Roig (1981)¹. Essas visões excluem o conceito raça, ou

pelo menos o desconhecem, e como consequência os efeitos do racismo na formação social, política e cultural.

Outra forma se apresenta naquelas propostas que exaltam a origem e argumentam a pureza das manifestações culturais afrodescendentes, apresentando elas como simples reproduções das culturas de origem africanas. Estes ideólogos esquecem que a cultura é gnosiologia e não ontologia, pelo tanto é dinâmica, transformadora, o rio de Heráclito que já não é o mesmo rio. A cultura que foi sendo construída no diálogo entre etnias das variadas matrizes africanas, impulsionado pelas contradições e exploração procedentes das relações de classe com o europeu, deixou de ser a original centrada na etnia, no povo para ganhar universalidade. No entanto, a África da qual foram arrebatados, também não permaneceu idêntica, com a entrada do colonialismo europeu sofreu perda de famílias, etnias, povos, traumas enormes e mais tarde, deslocamentos forçados, divisões de povos e etnias com a criação de fronteiras coloniais arbitrárias. Nesse espelho de pureza ideal imaginada não poderia se reconhecer aquele “migrante nu” (GLISSANT, 2000), tal qual ocorreu com muitos dos que retornaram ainda no século XIX.

Nota

◊ Para Roig o elemento fundamental do latino-americanismo estava apoiado na luta contra as visões hierárquicas nas quais ficaram enquadradas as populações latino-americanas.

Referências

CABRERA, Olga. Apresentação In Caderno de resumos do III Simpósio Internacional do Caribe, Goiânia, 2004; Caderno de Resumos, IV Simpósio Internacional do Caribe, Caldas Novas, 2006; Caderno de Resumos, V Simpósio Internacional do Caribe, Salvador de Bahia, 2008.

FREITAS, Joseania Miranda de. ” Carnaval afro-brasileño en Salvador de Bahia: Patrimônio de la cultura brasileña” . *Revista Brasileira do Caribe*. Centro de Estudos do Caribe, UFG, Goiânia, no. 8, Janeiro/junho de 2004, pp.159-181.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2009.

FROBENIUS, Leo. *An anthology*. Berlin Wiesbaden, 1973.

GIRVAN, Norman. Reinterpretar El Caribe. *Revista Mexicana del Caribe*. Chetumal: Universidad de Quintana Roo, a. IV, no. 7, 1999, p.1-25.

GLISSANT, E. *Poétique de la relación*. Paris: Gallimard, 1990.

MARS, Jean Price Mars. *Así habló el tío*, Santo Domingo: Editora Manatí, 2000, p.64.

MOUTINHO Laura. *Razão cor e desejo*. São Paulo: Unesp, 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin de. *The sorcery of color; Identity, Race, and Gender in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 2006

OLIVEIRA, Viana. *Raça e assimilação*. Sao Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

PÉREZ DE LA RIVA, Juan. Tráfico de esclavos para Cuba. *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, La Habana, año 61, 3ª. Época, v. XII no. 2, maio-agosto 1970

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia estudo de contato racial*, São Paulo, Editora Nacional, 1971. A primeira edição em inglês: *Negroes in Brazil. A study of race contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

RAMOS, Arthur. *O folk-lore negro do Brasil. Demopsicologia e psicoanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o OESTE* . Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1942.

WINANT, H. Rethinking race in Brasil. *Journal of Latin American Studies*, no. 34 (Part I), 1992, p. 173-192.